



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

PPA – UFCG
PROGRAMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO
RELATÓRIO DA AUTOAVALIAÇÃO DA UFCG
ANO BASE: 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

DIRIGENTES

Reitor

Thompson Fernandes Mariz

Vice-Reitor

José Edilson de Amorim

Chefia de Gabinete

José Estrela

Secretária de Planejamento e Avaliação Institucional

Vania Sueli Guimarães Rocha

Pró-Reitor de Gestão Administrativo-Financeira

Alexandre José de Almeida Gama

Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão

Marcelo Jorge de Sá

Pró-Reitor de Ensino

Vicemário Simões

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários

José Edilson de Amorim

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Rômulo Navarro

Secretário de Recursos Humanos

Gilmar Trindade Medeiros

Secretária dos Órgãos Deliberativos Superiores

Maria do Socorro Pereira

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Campina Grande, criada em 2002, tem crescido em ritmo acelerado, sobretudo a partir de 2005, com a adesão institucional aos programas de expansão do ensino superior promovidos pelo governo federal. Com a implantação da expansão projetada em 2005 e 2006, completa-se um ciclo de construção que vem de sua criação até sua consolidação como instituição universitária de inegável inserção regional, com reconhecimento nacional e internacional.

Desde a sua criação, a UFCG registrou expressivo crescimento em todos os indicadores nas áreas do ensino, da pesquisa, extensão e pós-graduação, respeitando a sua inserção social e demonstrando compromisso com a geração de novos conhecimentos e com a transferência de tecnologias que favoreçam o desenvolvimento local, regional e nacional. Nos seus sete campi, a UFCG tem assegurado aos jovens a oportunidade de ingressar numa instituição pública que ministra ensino de qualidade, contribuindo com a formação de profissionais competitivos, em diversas áreas do saber e, dessa forma, reduzindo as desigualdades regionais.

Com fulcro nesse cenário, é imperioso o planejamento de ações e estratégias para que sejam definidas metas com o intuito de alcançar a excelência do ensino, articulado com a pesquisa e a extensão, aliado ao processo de internacionalização. Nesta direção, a autoavaliação é, sem dúvida, uma das importantes ferramentas para se identificar como a comunidade universitária vivencia, nos seus espaços, os processos que envolvem o fazer acadêmico, administrativo e de interrelação com a sociedade.

A autoavaliação da Instituição possibilita a descoberta das potencialidades, as experiências bem sucedidas e, principalmente, as demandas que ainda se apresentam e os procedimentos que precisam ser repensados para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, os resultados obtidos devem ser utilizados pela UFCG para: a) orientar sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; b) orientar sua política acadêmica e de gestão; e c) desvelar a realidade dos cursos e da própria Instituição.

O objetivo deste é apresentar o Relatório Anual 2013 da Comissão Própria de Avaliação da UFCG, em consonância com o disposto na Lei Nº 10.861/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), observando ainda o disposto na Portaria MEC nº 2.051 de 09 de julho de 2004 e na Portaria nº 40 de 12 de dezembro de 2007, consolidada em nova publicação de dezembro de 2010, que certamente subsidiará a adoção de medidas e estratégias que se traduzam na melhoria da qualidade e do ensino e na consolidação do seu crescimento e expansão, vivenciados por todos que fazem a Universidade Federal de Campina Grande.

I IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome: Universidade Federal de Campina Grande

CNPJ: 05.055.128/0001-76

Código: 2564

Caracterização: Instituição Pública Federal

Endereço da sede: Rua Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário.

CEP: 58429-140 Cidade: Campina Grande - Estado: Paraíba

Site da Instituição: <http://www.ufcg.edu.br/>

Telefones da Reitoria: (83) 2101-1467 / 2101-1192

E-mail: reitoria@reitoria.ufcg.edu.br

DADOS DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

A Universidade Federal de Campina Grande – UFCG –, criada a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB –, pela Lei 10.419, de 09 de abril de 2002, é uma instituição autárquica pública federal de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Campina Grande e âmbito de atuação no Estado da Paraíba.

Desde sua criação, a UFCG conta com a estrutura multicampi. A cidade de Campina Grande, sede da Reitoria, conta com o Centro de Humanidades (CH), o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), o Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI), o Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN) e o Centro de Ciências Tecnologia (CCT). Em Cajazeiras, situa-se o Centro de Formação de Professores (CFP), em Sousa, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), em Patos, o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR), em Pombal, o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), em Cuité o Centro de Educação e Saúde (CES) e em Sumé, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA).

Em 2002, a Universidade Federal de Campina Grande oferecia 1.570 vagas no vestibular e em 2012, para ingresso em 2013, ofereceu 4.765 vagas, um aumento de, aproximadamente, 204%.

CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Ordem	Curso/Vagas	CH ¹	Integralização (em anos)	Currículo (anos)	Ato Normativo	CC (Conceito de Curso)(*)	ENADE	CPC
1	Administração/ CH (D) /80	3165	4	1995	Renovação de Reconhecimento (Portaria 737, de 30/12/2013)		4	4
2	Administração/ CH (N) /40	3165	4	1995	Renovação de Reconhecimento (Portaria 737, de 30/12/2013)		4	4
3	Administração/ CCJS (N)/55	3000	4,5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 706 de 18/12/2013)	4	4	4
4	Agronomia/CC TA (D)/90	3735	5	2008	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 1 de 6/1/2012)	3	2	3
5	Arquitetura e Urbanismo/ CTRN (D)/40	3600	5	2010	Reconhecimento (Portaria Nº 298 de 9/7/2013)	4		
6	Arte e Mídia/CH (D)/35	2400	4	1999	Renovação de Reconhecimento (Aguardando Portaria)	3		
7	Ciências Biológicas/CES (D)/40	3105	4	2008	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	4	4
8	Ciências Biológicas /CES (N)/40	3105	5	2008	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	4	4
9	Ciências Biológicas /CFP (M)/40	2910	4	2011	Reconhecimento (Portaria Nº 38 de 14/2/2013)	4		

¹ Carga Horária Mínima

10	Ciências Biológicas /CSTR (D)/45	3060	4	2010	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	3	4
11	Ciências Biológicas /CSTR(N)/45	3060	5	2006	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	3	4
12	Ciência da Computação/CE EI (D)/180	3120	4	1999	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		5	5
13	Ciências Contábeis/CCJS (N)/55	3000	4,5	2004	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 706 de 18/12/2013)	4	3	3
14	C.Econômicas/CH (M)/45	3000	4,5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 706 de 18/12/2013)		2	3
15	Ciências Econômicas/CH (N)/45	3000	5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 706 de 18/12/2013)		2	3
16	C.Sociais/CDSA (N)/50	2805	4	2009	Reconhecimento (Portaria Nº 651, de 10/12/2013)	4		
17	Ciências Sociais_Bacharelado/CH (D)/30	2685	4	1992	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		5	3
18	Ciências Sociais_Licenciatura/CH (D)/40	2565	3,5	1992	Renovação de Reconhecimento_Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		5	5
19	Comunicação Social/CH (M)/40	2700	3,5	2014	Reconhecimento (Aguardando Portaria)	4		
20	Comunicação Social/CH (N)/40	2700	4	2014	Reconhecimento (Aguardando Portaria)	4		
21	Curso Superior de Tecnol. em Agroecologia/CDSA (D)/50	2610	3,5	2010	Reconhecimento (Aguardando Portaria)	4		
22	Curso Superior de Tecnologia	1800	3	2010	Reconhecimento (Portaria Nº 408 de 30/08/2013)	4		

	em Gestão Pública/CDSA (D)/50							
23	Design/CCT (D)/60	2640	4	2013	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 706 de 18/12/2013)		4	4
24	Direito/CCJS (M)/60	3570	5	1997	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 154 de 4/4/2013)		4	3
25	Direito/CCJS (vespertino)/60	3572	5	1997	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 154 de 4/4/2013)		4	3
26	Direito/CCJS (N)/60	3570	5,5	1997	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 154 de 4/4/2013)		4	3
27	Interdisciplinar em Educação do Campo/CDSA (D)/50	3525	4	2009	Reconhecimento (Aguardando Portaria)	3		
28	Enfermagem/CBS (D)/40	4170	5	2009	Reconhecimento (Portaria Nº 187 de 1/10/2012)	4		
29	Enfermagem/CE S (D)/60	4050	5	2007	Reconhecimento (Portaria Nº 406 de 11/10/2011)	3		
30	Enfermagem/CF P (D)/60	3975	4,5	2005	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 1 de 6/1/2012)		5	4
31	Engenharia Agrícola/CTRN (D)/50	3675	5	2007	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 6 de 1/6/2011)			4
32	Engenharia de Alimentos/CTRN (D)/45	3660	5	2009	Reconhecimento (Aguardando Portaria)	4		
33	Engenharia de Alimentos/CCTA (D)/90	3645	5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	4	5
34	Engenharia Ambiental/CCTA (D)/90	3615	5	2008	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	3	4
35	Engenharia de	3615	5	2009	Reconhecimento (Portaria 736, de 27/12/2013)			

	Biotecnologia e Bioprocessos/C DSA (D)/50					4		
36	Engenharia de Biossistemas/C DSA (D)/50	3690	5	2009	Reconhecimento (Portaria Nº 649, de 10/12/2013)	4		
37	Engenharia Civil/CCTA (D)/90	3600	5	2014	Autorização (Portaria Nº 275, de 12/05/2014)			
38	Engenharia Civil/CTRN (D)/120	3660	5	2014	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		3	3
39	Engenharia de Materiais/CCT (D)/60	3600	5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	3	3	3
40	Engenharia de Minas/CTRN (D)/40	3600	5	2010	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4		
41	Engenharia de Petróleo/CCT (D)/50	3660	5	2009	Reconhecimento (Portaria Nº 298 de 9/7/2013)	4		
42	Engenharia de Produção/CDS A (D)/50	3690	5	2009	Reconhecimento (Portaria Nº 648, de 10/12/2013)	4		
43	Engenharia de Produção/CCT (D)/40	3600	5	2005	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	3	3
44	Engenharia Elétrica/CEEI (D)/225	3765	4,5 (5)	1999	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		4	4
45	Engenharia Florestal/CSTR (D)/40	3600	5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		3	3
46	Engenharia Mecânica/CCT (D)/80	4125	4 (5)	1992	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		3	3
47	Engenharia	3600	5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)			3

	Química/CCT (D)/60						3	
48	Estatística/CCT (D)/30	3000	4	2010	Reconhecimento (Portaria Nº 297, de 9/7/2013)	3		
49	Farmácia/CES (D)/90	4500	5	2007	Reconhecimento (Portaria Nº 406 de 11/10/2011)	4		
50	Filosofia_Bacharelado/CH (N)/20	2835	4	2009	Reconhecimento (Portaria Nº 695, de 17/12/2013)	4		
51	Filosofia_Licenciatura/CH (N)/20	2835	4,5	2009	Reconhecimento (Aguardando Portaria)	3		
52	Física/CFP (N)/40	2895	5	2011	Reconhecimento (Portaria Nº 428 de 30/8/2013)	4		
53	Física_Bacharelado/CCT (D)/20	2880	3,5	1995	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		4	4
54	Física_Licenciatura/CCT (D)/20	2955	4	2009	Autorizado_ Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006)			
55	Física_Licenciatura/CES (D)/30	2925	4	2006	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	3	4
56	Física_Licenciatura/CES (N)/30	2925	4,5	2006	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	3	4
57	Geografia/CH (D)/45	2895	4	2009	Reconhecimento (Portaria Nº 298 de 9/7/2013)	3		
58	Geografia/CH (N)/45	2895	4,5	2009	Reconhecimento (Portaria Nº 298 de 9/7/2013)	3		
59	Geografia/CFP (M)/45	3060	4	2008	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		4	4
60	Geografia/CFP (N)/40	3060	5	2008	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		4	4

61	História/CH (D)/40	2925	4,5	1986	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		4	4
62	História/CH (N)/40	2895	4	1986	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		4	4
63	História/CFP (M)/50	2895	4,5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		<u>4</u>	<u>4</u>
64	História/CFP (N)/50	3060	4	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		<u>4</u>	<u>4</u>
65	Letras_L.Portuguesa/CFP (M)/25	3060	5	2011	Reconhecimento (Aguardando Portaria)	4	3	
66	Letras_L.Portuguesa/CFP (N)/40	2805	4,5	2011	Reconhecimento (Aguardando Portaria)	4	3	
67	Letras_L.Inglês/CFP(M)/25	2800	4	2011	Autorizado (Portaria Nº 49 de 28/5/2012)			
68	Letras_L.Portuguesa e L.Francesa/CH (D)/10	3615	4,5	2014	Autorizado (Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006)			
69	Letras_L.Inglês/CH (D)/25	3075			Autorizado (Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006)			
70	Letras_L.Espanhola/CH (N)/20	2895	5	2014	Autorizado (Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006)			
71	Letras_L.Portuguesa/CH (D)/35	2955	4,5	2013	Autorizado (Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006)		4	
72	Letras_L.Portuguesa/CH (N)/30	2955	5	2013	Autorizado (Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006)		4	
73	Matemática/CES (D)/30	3015	4	2006	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	3	3
74	Matemática/CES (N)/30	3015	5	2006	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)	4	3	3

75	Matemática_Bacharelado/CCT (D)/10	2400	4	2008	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		3	3
76	Matemática_Licenciatura/CCT (D)/20	2835	4	2008	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		4	4
77	Matemática_Licenciatura/CCT (N)/30	2835	4,5	2008	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		4	4
78	Matemática_Licenciatura/CFP (M)/40	2805	4	2013	Reconhecimento (Aguardando Portaria)	3		
79	Medicina/CCBS (D)/90	7275	6	2010	Renovação de Reconhecimento (2008)		5	3
80	Medicina/CFP (D)/30	7890	6	2007	Reconhecimento (Portaria Nº 79 de 19/2/2013)	3		
81	Medicina Veterinária/CSTR (D)/100	3960	5	2002	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 1 de 6/1/2012)		4	4
82	Meteorologia/CSTR (D)/45	3225	4	1997	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 43, de 05/02/2014)	4		
83	Música_Bacharelado/CH (D)/10	2880	4	2009	Reconhecimento (Portaria Nº 648, de 10/12/2013)	3		
84	Música_Licenciatura/CH (N)/30	2800	4	2009	Reconhecimento (Aguardando Portaria)	4		
85	Nutrição/CES (diurno)/90	3315	4	2011	Reconhecimento (Portaria Nº 217 de 31/10/2012)	4		
86	Odontologia/CSTR (D)/90	4050	5	2009	Reconhecimento (Portaria Nº 298 de 27/12/2012)	3		
87	Pedagogia/CFP (M)/45	3210	4,5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		4	4
88	Pedagogia/CFP (N)/45	3210	5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		4	4
89	Pedagogia/CH (M)/35	3240	4	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)		5	5
90	Pedagogia/CH	3240	5	2009	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012)			5

	(N)/25						5	
91	Psicologia/CCBS (N)/90	4005	5	2010	Autorizado_Aguardando Portaria	3		
92	Química/CFP (N)/40	2940	5	2011	Reconhecido(Portaria Nº 286 de 21/12/2012	3		
93	Química/CES (D)/30	2880	4	2006	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	3	4
94	Química/CES (N)/30	2880	4,5	2006	Renovação de Reconhecimento (Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	3	4
95	Serviço Social/CCJS (M)/50	3000	4	2014	Reconhecimento Aguardando Portaria	3		

Fonte: Procurador Educacional Institucional da UFCG (PI/UFCG) (2013)

(*) - Curso cujo Ato Normativo seja de Renovação de Reconhecimento, se o conceito ENADE e ou o conceito CPC for superior ou igual a 3 (três) não receberá visita in loco (portanto não terá CC), a não ser se solicitada pela IES.

**CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE**

ORDEM	PROGRAMA	ATO NORMATIVO	NÍVEL	CONCEITO CAPES
1	Ciência da Computação - CEEI	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	4/4
2	Ciência e Engenharia de Materiais - CCT	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	5/5
3	Ciências Florestais - CSTR	Reconhecimento	Mestrado	3
4	Ciências Naturais e Biotecnologias - CES	Reconhecimento	Mestrado	3
5	Ciências Sociais - CH	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	3/3
6	Engenharia Agrícola - CTRN	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	5/5
7	Engenharia Civil e Ambiental - CTRN	Reconhecimento	Mestrado	4
8	Engenharia de Processos - CCT	Reconhecimento	Doutorado	3
9	Engenharia Elétrica - CEEI	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado/Mestrado Profissional	6/6/4
10	Engenharia Mecânica - CCT	Reconhecimento	Mestrado	3
11	Engenharia Química - CCT	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	4/4
12	Exploração Petrolífera e Mineral - CTRN	Reconhecimento	Mestrado	3
13	Física - CCT	Reconhecimento	Mestrado	3
14	História - CH	Reconhecimento	Mestrado	3

15	Horticultura Tropical - CCTA	Reconhecimento	Mestrado	3
16	Linguagem e Ensino - CH	Reconhecimento	Mestrado	3
17	Matemática - CCT	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	4/4
18	Medicina Veterinária - CSTR	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	5/5
19	Meteorologia - CTRN	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	5/5
20	Recursos Naturais - CTRN	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	4/4
21	Sistemas Agroindustriais - CCTA	Reconhecimento	Mestrado	-/-/3
22	Zootecnia - CSTR	Reconhecimento	Mestrado	4
23	Design - CCT	Reconhecimento	Mestrado	3
24	Matemática e Rede – PROFMAT – (SBM) - CCT	Reconhecimento	Mestrado	SC
25	Letras em Rede – PROFLETRAS – (UFRN) - CFP	Reconhecimento	Mestrado	SC
TOTAL	25		21/11 + (2 Profissionais e 2 em REDE)	

A UFCG EM NÚMEROS (2012)

INDICADORES	TOTAL
NÚMERO DE CÂMPUS	7
NÚMERO DE CENTROS	11
NÚMERO DE CURSOS (GRADUAÇÃO)	95
NÚMERO DE PROGRAMAS (PÓS-GRADUAÇÃO)	25
NÚMERO DE DOCENTES	1.451
NÚMERO DE DISCENTES	17.541
NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (EFETIVOS)	1.644
NÚMERO DE VAGAS	4.765
NÚMERO DE DIPLOMADOS	1.401

Fonte: Procurador Educacional Institucional da UFCG (PI/UFCG) (2013)

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A CPA é formada pelos seguintes membros:

NOME	SEGMENTO QUE REPRESENTA
ALANA CANDEIA DE MÉLO	DOCENTE
MARCELO ALVES DE BARROS	DOCENTE
MARIDETE SARAIVA	DOCENTE
JARDES JOSÉ CAIÇARA	TÉCNICO- ADMINISTRATIVO
MARCELO COUTINHO DE OLIVEIRA	TÉCNICO- ADMINISTRATIVO
RUY EVERSON GUEDES LEÃO	TÉCNICO- ADMINISTRATIVO
KÁTIA CRISTINA DE CASTRO PASSOS	SOCIEDADE CIVIL
-	DISCENTE
-	DISCENTE

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade federal de Campina Grande fundamenta-se em documentos externos, a saber:

1. Lei nº. 10.861, de 14/04/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
2. Decreto nº. 5.662, de 19/12/2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional ;
3. Decreto de 28/05/2004, que compõe a Comissão Nacional de Avaliação de Educação (CONAES);
4. Portaria nº. 2.051, de 09/07/2004, que regulamenta os procedimentos do SINAES;
5. Portaria INEP nº. 31, de 17/02/2005, que indica e estabelece os procedimentos das Avaliações Externas da IES.

Além destes, supracitados, os documentos dos SINAES/CONAES/INEP que seguem:

1. SINAES – da Concepção à Regulamentação;
2. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, de 26/08/2004, parâmetro básico para orientar a execução da Avaliação Institucional ;
3. Orientações Gerais para o Roteiro de Autoavaliação das Instituições – 2004;
4. Resolução nº. 01, de 11/01/2005, que estabelece prazos e calendário para Avaliação das Instituições de Ensino Superior.
5. Resolução Nº 03/2005, do Conselho Pleno Universitário, que disciplina o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação da UFCG.

O mandato da Comissão é de três anos. São atribuições da Comissão Própria de Avaliação da UFCG:

- a) Implementar os procedimentos de avaliação do SINAES, atentando para as necessidades e para as peculiaridades da UFCG;
- b) Conduzir os processos internos de avaliação, constituindo subcomissões de avaliação institucional no âmbito de cada Centro, a partir da discussão com cada CEPE ou Conselho de Centro (COC);
- c) Sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP;
- d) Analisar relatórios, elaborar pareceres e os encaminhar às instâncias competentes;
- e) Formular propostas de desenvolvimento institucional, com fulcro nas análises produzidas pelo processo interno de avaliação;
- f) Acompanhar, quando houver, os protocolos de ajustamento de conduta institucional firmado entre o MEC e a UFCG.

Consta ainda na Resolução 005/2005, os princípios de avaliação a ser conduzida pela CPA/UFCG: Implementação e aperfeiçoamento dos procedimentos de avaliação; Uniformidade de metodologia e clareza na utilização de indicadores que permitam comparações entre cursos e programas; Respeito às transformações permanentes da Instituição, às diferenças entre os centros e às características peculiares de cada curso e de cada área do conhecimento; Legitimação política e pedagógica dos processos de avaliação, com o envolvimento de discentes, docentes, pessoal técnico-administrativo, da representação sindical e da sociedade civil nos procedimentos de avaliação e na avaliação dos seus resultados; Legitimação técnica a partir de metodologia adequada, visando à assimilação das informações pela comunidade universitária; Caráter pedagogicamente construtivo com o

estímulo à autocrítica, ao planejamento e ao desenvolvimento institucional; Publicidade com ampla divulgação de todas as etapas do processo de avaliação; Continuidade com vistas à comparação das informações coletadas e à melhoria do processo avaliativo.

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o objetivo da avaliação institucional pretendida pela UFCG é a produção de conhecimento necessário à conferência permanente do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, para oportunizar a verificação das possíveis causas dos seus problemas e deficiências, além de descobrir novas demandas e de observar potencialidades pouco exploradas, ensejando, conseqüentemente, a busca de estratégias indispensáveis à solução dos problemas existentes e à reorganização estrutural que vise à valorização do potencial até então inexplorado.

DIMENSÕES DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O projeto, atendendo ao estabelecido pelo Art. 3º da Lei n. 10.861/2004, embasa o processo avaliativo nas seguintes dimensões:

Dimensão 1: a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

Dimensão 3: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

Dimensão 4: a comunicação com a sociedade;

Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

Dimensão 6: organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

Dimensão 7: infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da Autoavaliação institucional;

Dimensão 9: políticas de atendimento aos estudantes;

Dimensão 10: sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

ETAPAS DA AUTOAVALIAÇÃO

Dentre as ações desenvolvidas ao longo do ano de 2012, visando o processo de autoavaliação institucional, orientadas pelo documento Diretrizes de Avaliação Institucional da Coordenação Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES) que estabelece suas etapas – Preparação, Desenvolvimento e Consolidação, destaca-se:

- 1) Realização de Reuniões mensais com os membros da CPA para avaliação dos instrumentos de Auto avaliação Institucional;
- 2) Estudo das fontes documentais para reestruturação dos instrumentos Avaliativos;
- 3) Elaboração de uma circular para sensibilizar os membros da Câmara Superior de Ensino e do Conselho Pleno Universitário;
- 4) Articulação com as Direções dos *Campi* para informar e discutir o Plano de trabalho da CPA para 2012 e solicitar-lhes o apoio por ocasião da avaliação;
- 5) Reestruturação na composição dos membros da CPA (corpo discente);
- 6) Acompanhamento dos cursos de Graduação que se submeteram a processos de avaliação, não somente no período da visita *in loco*, mas a partir do momento em que os pedidos são protocolados, no sentido de estimular a adoção da prática de autoavaliação para identificar fragilidades, corrigi-las e oferecer cursos de qualidade;
- 7) Elaboração de novos instrumentos de avaliação para docentes e discentes;
- 8) Realização do processo de autoavaliação institucional junto às instâncias administrativas (Pró-Reitorias, de Ensino, de Pesquisa e Extensão, de Assuntos Comunitários e de Pós-Graduação) da IES.

Destaca-se que no ano de 2012, a autoavaliação foi subsidiada pelos relatórios emitidos pelas respectivas instâncias administrativas da IES. A CPA da UFCG, em reuniões realizadas no ano de 2012, já definiu as atividades de trabalho para o ano de 2013.

- 1) Reuniões Oficiais da CPA
- 2) Elaboração do Relatório de Autoavaliação substanciado pelas informações emanadas do RH, da Secretária de Planejamento e Avaliação e da Coordenação de Educação à Distância - CEAD.
- 3) Análise do Relatório de Autoavaliação pelos membros da CPA.
- 4) Aprovação do Relatório de Autoavaliação.
- 5) Postagem do Relatório no Site do MEC
- 6) Escolha das questões para a Avaliação Institucional - Graduação
- 7) Escolha das questões para a Avaliação Institucional - Pós-Graduação
- 8) Sensibilização e Motivação da Comunidade Acadêmica sobre a Avaliação Institucional pelas Coordenações de Curso
- 9) Aplicação da Avaliação Institucional para Graduação
- 10) Aplicação da Avaliação Institucional para a Pesquisa e a Extensão
- 11) Aplicação da Avaliação Institucional para Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu*.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O propósito desta avaliação foi manter o mesmo questionário para averiguar o nível de satisfação do corpo docente, discente e funcionários em relação à Instituição, considerando o último resultado da autoavaliação referente ao ano de 2010.

Diante dos resultados desta última avaliação, a CPA reuniu-se para analisar os questionários, a fim de divulgar o relatório final para todos os segmentos da Instituição. Diante dos dados, a Comissão da CPA articulou com a Secretaria de Planejamento e Avaliação Institucional que, devido a estrutura *multicampi* da UFCG, durante o primeiro período letivo de 2012, os representantes da Comissão reunir-se-ão com os coordenadores dos cursos em cada *Campus*, com o objetivo de divulgar a avaliação, bem como buscar soluções para alguns quesitos negativos. Os corpos discente e técnico administrativos tomarão conhecimento dos resultados através de divulgação na página da IES na internet, bem como por meio dos seus órgãos representativos.

As ações corretivas sugeridas partem da análise dos dados coletados e do diálogo estabelecido entre a CPA e os demais segmentos Institucionais, a fim de minimizar, resolver e implementar ações inerentes ao bom andamento da Instituição com vistas à qualidade do ensino e dos serviços oferecidos a comunidade, visando o cumprimento da sua missão institucional com o ensino, a pesquisa e a extensão.

FRAGILIDADES NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO:

Ao longo do processo de autoavaliação, a Comissão da CPA, por meio de contatos mantidos com os três segmentos da Instituição diagnosticou algumas fragilidades no processo, destacando-se entre eles:

- 1) A estrutura multicampi dificulta o trabalho em virtude da distância entre os Centros (distribuídos entre o Curimataú, Pio Monte da Borborema, Cariri e Sertão).
- 2) Dificuldades no tratamento dos dados coletados, pois os questionários continuam sendo muito longos;
- 3) Surgiram muitas dúvidas com relação à função e autonomia da CPA, pelos Coordenadores dos Cursos e demais órgãos colegiados. Algumas dúvidas foram supridas quando da apresentação na Câmara Superior de Ensino, no Conselho Pleno Universitário e em reuniões em alguns Centros;
- 4) Falta de uma cultura de avaliação e, por isso, a participação ainda continua baixa por parte dos três segmentos;
- 5) O segmento dos discentes ainda carece de maior sensibilização para participar das reuniões da CPA e trazer contribuições que reflitam o desejo da comunidade estudantil;
- 6) Divulgação dos resultados deve ser mais efetiva dos órgãos de atendimento aos alunos, professores e funcionários.

POTENCIALIDADES DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO:

Desde o ano de 2005, a CPA vem desenvolvendo um trabalho de sensibilização de alunos, professores e funcionários sobre a importância da autoavaliação para a qualidade do ensino e melhoramento da Instituição;

As Coordenações dos Cursos têm utilizado os resultados das autoavaliações e do ENADE como meio de gestão, partindo do princípio de que a qualidade pode ser alcançada quando se busca a melhoria dos serviços oferecidos; semestralmente, já consta no calendário da UFCG, atividades de planejamento, em que as questões de avaliação são amplamente discutidas, ouvindo os principais atores envolvidos neste processo avaliativo e contínuo do ensino-aprendizagem;

A sensibilização da comunidade acadêmica está cada vez mais transparente acerca do processo de autoavaliação, principalmente, através dos resultados obtidos pós-avaliação;

O Corpo docente e os técnico-administrativos estão comprometidos com a Instituição. A administração da Instituição está pautada em uma gestão democrática, descentralizada, garantindo autonomia da Comissão Própria de Avaliação para desenvolver as funções que lhe foi atribuída.

A despeito de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pela CPA, algumas dificuldades ainda persistem, destacando-se entre elas:

Complexidade da Avaliação Institucional. O questionário empregado como referência para os instrumentos de pesquisas buscou contemplar o conjunto dos indicadores previstos na avaliação do SINAES e o máximo de indicadores necessários para um planejamento estratégico de uma Universidade Pública, apontados pela literatura e pela experiência das demais Universidades Brasileiras. Como resultado, este questionário era muito grande e pouco atrativo para os públicos alvos. Ele foi transformado em uma ferramenta de trabalho colaborativo que combina pesquisa com aprendizagem organizacional.

Resistência à Avaliação. A abordagem de comunicação da autoavaliação baseada em seminários presenciais foi intensa em todos os campi, mas demonstrou ser insuficiente para garantir uma grande participação da comunidade neste Ciclo 2006-2008. As barreiras culturais e a rejeição ao processo de avaliação são imensas e a CPA deu um pequeno e primeiro passo que precisa ser aprimorado com abordagens educativas e mais eficazes de envolvimento da comunidade.

Memória Fraca. A Instituição, e por consequência, a CPA, não dispunha de um sistema de informações gerenciais, com uma função de memória efetiva do processo

avaliativo que permita a preservação e valorização dos atores (principalmente a comunidade) e dos resultados das iniciativas anteriores de avaliação institucional.

Comunicação Frágil. A Instituição, e por consequência, a CPA, não dispõe de uma mídia institucional integrada, com poder de informação, de educação e de vinculação das práticas gerenciais da instituição com os fenômenos da vida universitária, que atue como um sistema integrado de comunicação e sirva de alicerce da comunicação institucional, não somente para o processo avaliativo realizado, mas para todo o âmbito da interação da UFCG com as comunidades interna e externa.

SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO POR

DIMENSÃO 1: A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No Plano de Desenvolvimento Institucional a UFCG definiu que o ensino, a pesquisa e a extensão devem buscar continuamente níveis de qualidade, socialmente comprometidos e continuamente avaliados. Resumidamente, são esses os pontos a serem perseguidos e alcançados. Para tanto, traçou algumas metas que gradativamente estão sendo atingidas e que são reconhecidas pelos segmentos da instituição.

AÇÕES PLANEJADAS:

- consolidação do ensino de graduação;
- diversificação da oferta de vagas e criação de cursos de graduação;
- estímulo à criação de programas de pós-graduação interdisciplinares e intrainstitucional em áreas da educação, meio-ambiente e desenvolvimento sustentável;
- fortalecimento dos cursos e programas de pós-graduação existentes;
- continuidade do intercâmbio acadêmico-cultural entre os *campi*;
- aperfeiçoamento do sistema de matrícula mediante o uso da rede mundial de computadores;
- investimentos para educação a distância e para a educação continuada;
- ampliação do número de vagas nos cursos de pós-graduação;
- apoio à qualificação do corpo docente;

- fomento ao intercâmbio de grupos locais com grupos de pesquisa nacionais e estrangeiros;
- estruturação de um órgão direcionado ao apoio técnico para elaboração de projetos de pesquisa e desenvolvimento;
- estímulo a trabalhos de extensão direcionados para a organização social e formação para a cidadania;
- criação de meios de incentivo à iniciação artística e cultural;
- tornar disponível, via rede mundial de computadores, informações acerca de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas ou orientadas por docentes da UFCG;
- criação de parcerias com o governo estadual, e com demais instituições de ensino superior da Paraíba, com vistas ao estabelecimento de um consórcio, para a qualificação dos professores leigos dos municípios do estado;
- criação da rádio e emissora de televisão universitárias voltadas à ação pedagógica.

AÇÕES REALIZADAS

As ações planejadas estão sendo consolidadas a partir da implantação de programas e projetos oriundos das diretrizes do PDI, com estratégias voltadas para o ensino, pesquisa, extensão, Avaliação e desenvolvimento Institucional; gestão e modernização administrativa.

A autoavaliação desenvolvida a partir da criação da CPA tornou-se um instrumento impar e fundamental para subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e neste aspecto, a Administração Superior assumiu a autoavaliação como umas das políticas prioritárias buscando provocar discussões e reflexões para inovar e vencer desafio.

A Instituição considera a educação a distância uma modalidade de ensino estratégica para o futuro, a UFCG e nos últimos semestres, a Coordenação Geral de Educação a Distância – CEAD, destaca as seguintes metas realizadas:

- 1) Instituição de um Plano de Desenvolvimento Institucional em EaD para a UFCG – UFCG VIRTUAL;
- 2) Implantação do Portal Virtual de Ensino e Aprendizagem a Distância - <http://www.virtual.ufcg.edu.br/site/>

- 3) Início do Curso de Especialização em Direitos Humanos – em andamento com 120 alunos matriculados e com Polos da UFCG em Sousa, Sumé e Cajazeiras com extensão em São João do Rio do Peixe;;
- 4) Realização do Curso de capacitação para professores da UFCG em “o uso da plataforma MODLLER” – AVA Net UFCG;
- 5) Aprovação Da inserção do Programa de Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP para os servidores;
- 6) Aprovação do Curso de Extensão “Aluno Integrado” vinculado ao Programa PROINFO do MEC;
- 7) Aprovação do Curso de Especialização em Cultura Digital pelo programa PROINFO do MEC para professores de Educação básica do Estado da Paraíba;
- 8) Aprovação do Curso de Educação Ambiental pelo MEC para professores de Educação Básica do Estado da Paraíba;
- 9) Aprovação do projeto de extensão tecnológica PROSIG no Ministério da Ciência e Tecnológica via Edital REDES DIGITAIS para capacitação de gestores municipais na Lei da Informação e Comunicação, bem como a implantação de um sistema de informação nas prefeituras municipais;
- 10) Criação do Grupo de Estudos e Pesquisa em EaD da UFCG, cadastrado no CNPQ;
- 11) Criação da proposta de resolução que disciplina o uso dos 20% a distância do ensino de graduação presencial;
- 12) Criação do projeto dos Polos de Apoio Presencial – PAP da UFCG nos centros (Sousa/Sumé/CFP - com extensão para São João do Rio do Peixe.
- 13) Início do Programa PROFLETRAS no Polo de Cajazeiras.
- 14) Ingresso da UFCG na rede UAB através do PROFMAT.

DIMENSÃO 2: A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, AS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES

A política para o ensino de graduação da UFCG busca a íntima articulação entre a formação científica e técnica, compatibilizando as necessidades de produção do conhecimento e qualificando para o exercício profissional. Os itens elencado abaixo possibilitam conferir essa realidade:

- Ingresso aos cursos por meio do desempenho do candidato no ENEM, transferências de outras instituições e para portadores de diploma quando há disponibilidade de vagas, além da adesão.
- Atendimento às necessidades de pesquisa, e de estudos relacionados às soluções de problemas regionais.
- Consolidação da identidade institucional através do fortalecimento dos Cursos e Centros criados a partir da adesão ao REUNI (Pombal – Cuité – Sumé – Pombal – Patos – Cajazeiras e Sousa).
- Viabilizar a efetiva participação da Administração Central da UFCG e das Direções dos Centros em atividades acadêmicas.
- Maior envolvimento da Administração Central da UFCG e das Direções dos Centros no acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, adequando-os à realidade regional e ao que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Estímulo para a realização de reuniões periódicas para que sejam planejadas e avaliadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Fortalecimento de convênios com instituições de outros países para potencializar a participação de um maior número de alunos.
- Adoção de uma política que viabilize o fluxo de alunos entre cursos e entre instituições (mobilidade acadêmica, por exemplo).
- Ampliação do número de Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino, favorecendo a relação graduação/pós-graduação.
- Aumento gradativo do número de Programas Acadêmicos (Monitoria, Monitoria Pró-Licenciatura, PET – Programa de Educação Tutorial. PET Conexões De Saberes, PROMISAES – Programa Milton Santos de Acesso Ao Ensino Superior, PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, PRODOCÊNCIA).

- Crescente número de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação já atualizados ou em fase de atualização.
- Inserção no calendário oficial da UFCG de uma Semana de Planejamento, quando se discutem os problemas inerentes ao processo ensino-aprendizagem.
- Políticas de destinação financeira para que docentes e discentes possam participar, com maior frequência, a eventos que estimulem a pesquisa científica.
- A UFCG adota como política institucional para a melhoria da qualidade nos cursos de graduação, a ampliação e qualificação de seu quadro docente e essa política impacta diretamente na qualidade do ensino e, conseqüentemente, na avaliação dos cursos, o que já se faz visível nos resultados do último ENADE e nas avaliações externas.
- Suporte da CPA para assessorar os Cursos no recebimento das Comissões. No ano de 2012, a CPA trabalhou com os seguintes cursos:

1. Nutrição - Cuité – Reconhecimento
2. Odontologia – Patos – Reconhecimento
3. Psicologia – Campina Grande – Autorização
4. Licenciatura em Química – Cajazeiras – Reconhecimento
5. Administração – Sousa – Reconhecimento
6. Arquitetura e Urbanismo – Campina Grande – Reconhecimento
7. Arte e Mídia – Campina Grande – Reconhecimento
8. Licenciatura em Ciências Biológicas – Cajazeiras – Reconhecimento
9. Enfermagem – Campina Grande – Reconhecimento
10. Engenharia de Petróleo – Campina Grande – Reconhecimento
11. Licenciatura em Geografia – Campina Grande – Reconhecimento

A política de implementação da extensão tem como princípios: Articular a extensão a bases de pesquisa e programas de ensino; Estimular a elaboração de projetos integrados em grandes programas institucionais que privilegiem grupos e populações socialmente relevantes; Desenvolver projetos estruturantes, portadores de mudanças; Articular a extensão às demais Pró-Reitorias e incluí-la como atividade curricular; Ampliar o intercâmbio e o arco de parceiros; Organizar a extensão em áreas temáticas e linhas programáticas, em conformidade com o Plano Nacional de Extensão; Estimular o aumento da produção de projetos e ações, diversificando fontes de financiamento; Fortalecer os grupos de arte e cultura; Atualizar a legislação e reorganizar o fluxo e registro dos projetos; Manter o sistema de Informações da extensão da UFCG, integrado à Rede Nacional de Extensão - RENEX e registrado no SIEX - Brasil.

A política de pesquisa inclui aspectos institucionais importantes que é o desenvolvimento de programas de pesquisa, por meio do incentivo à Iniciação Científica, tendo em vista o aprimoramento do discente, contribuindo também para a consolidação do processo de aprender a aprender; e do papel social da Instituição, por meio da percepção das necessidades básicas da maioria da população, transformando-as em desafios que conduzam à reflexão crítica e formulação de respostas.

A política de extensão que orienta as ações extensionistas na UFCG reflete os desafios atuais em torno desta modalidade de atividade, buscando a sua integração ao ensino e à pesquisa. Reforça a sua condição de construtora e difusora de conhecimentos e estabelece a interlocução da academia com a sociedade.

A expansão da infraestrutura laboratorial adequada ao desenvolvimento de atividades de pesquisa é uma das estratégias adotadas para o fortalecimento da pós-graduação; estimula-se a realização de projetos que priorizem o desenvolvimento regional, sobretudo aquelas voltadas para os arranjos produtivos locais, o agronegócio, as inovações tecnológicas, assim como aquelas direcionadas às artes, humanidades e ciências sociais aplicadas.

Estabelecer uma política de relacionamento com os egressos visando a ampliação do número de alunos nos cursos ofertados.

Ofertar cursos que atendam às demandas da comunidade externa.

Fragilidades diagnosticadas nesta dimensão:

- Os Projetos Pedagógicos dos Cursos não são discutidos, sob o ponto de vista epistemológico, simplesmente há a observância de normas e portarias, sem que haja debate.
- Ausência de integração entre os professores para a elaboração dos programas das disciplinas, comprometendo a interdisciplinaridade e as formas de avaliação.
- Método de ensino tradicional. Ainda se encontram professores resistentes a mudanças e reticentes quanto à adoção de novas metodologias e isso gera avaliações tradicionais.
- Inexiste política para sistematizar os processos avaliativos.
- Ainda existem dificuldades de integração entre o acadêmico e o administrativo.
- Pouca integração entre a graduação e a pós-graduação.
- Limitação do acervo bibliográfico, tanto da graduação quanto da pós-graduação, restringindo, muitas vezes, melhor avaliação (INEP ou CAPES).
- Pouca divulgação interna e externa dos trabalhos de extensão desenvolvidos.
- Trabalhos de pesquisa desenvolvidos de forma desarticulada.
- De modo geral, as pesquisas não atendem a comunidade na qual está inserida.
- Vários docentes, devido ao excessivo engajamento na pós-graduação, não aceitam orientar alunos de iniciação científica.
- Pouca articulação entre o ensino e a pesquisa.
- Ausência de projetos integrados de pesquisa e extensão.
- Ausência de iniciativas que promovam a relação entre formação profissional e mercado de trabalho.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

- Incentivar eventos acadêmico-científicos que enfoquem pesquisas relacionadas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão.
- Aumentar o número de publicações para divulgar os resultados das pesquisas.
- Promover cursos de capacitação para o corpo docente nos aspectos da didática das aulas, novas metodologias de ensino e tecnologias do ensino superior.
- Ampliação do número de Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino, favorecendo a relação graduação/pós-graduação.

- Aumento gradativo do número de Programas Acadêmicos (Monitoria, Monitoria Pró-Licenciatura, PET – Programa de Educação Tutorial. PET Conexões De Saberes, PROMISAES – Programa Milton Santos de Acesso Ao Ensino Superior, PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, PRODOCÊNCIA). (Quadro a seguir)
- Crescente número de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação já atualizados ou em fase de atualização.
- Postura do docente frente à disciplina que ministra, ao implicar que a prática do ensinar é uma atividade associada à pesquisa e a extensão.
- A abordagem interdisciplinar como outro elemento motivador de uma ação colaboradora entre saberes e princípio educativo.

DIMENSÃO 3: A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, À DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A responsabilidade social na UFCG se amplia cada vez mais em face da contínua transformação científica, tecnológica, econômica, social, psicológica e ética, refletindo a consciência do seu compromisso em formar pessoas, profissionais e cidadãos capazes de entender e enfrentar, com discernimento lúdico e atitude reflexiva, a dinâmica cultural e a globalização. A responsabilidade social está intimamente ligada à missão da Instituição, revela-se na sua contribuição à inclusão social por exemplo.

Com o objetivo de cumprir sua missão socializando o conhecimento e adequando-o ao saber contemporâneo e à realidade social, formando profissionais que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, a UFCG, a partir do desenvolvimento de políticas de inclusão social tem dado ênfase a algumas ações, que ratificam a sua responsabilidade social, tais como:

- Relacionamento externo com as empresas para ampliar a oferta de estágios, oferecimento e captação de serviços.
- Realização de visitas técnicas/didáticas interdisciplinares à empresas e instituições.

- Realização de eventos em todos os seus *Campi* que contemplam, além de esclarecimentos, a conscientização de temas relacionados à preservação ambiental, exploração racional dos recursos naturais, higiene e saúde, e promoção dos cursos de graduação.
- Bom relacionamento com o setor público (municipal, estadual e federal) e privado haja visto o expressivo número de parcerias existentes para diversos fins como: estágios, convênios, cooperação técnica, e etc.
- A Instituição tem na sua estrutura administrativa a Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários (PRAC), que agrega alguns programas/ estruturas que diretamente beneficiam os alunos de baixo poder aquisitivo, a exemplo do Restaurante Universitário (gratuito), Residência Universitária (gratuita), Ações de Promoção Estudantil e Programa de Assistência à Saúde.

A PRAC também beneficia os servidores, por meio do Programa de Promoção ao Servidor.

Contribuição para a inserção e permanência do aluno na universidade, por meio da residência universitária do restaurante universitário e do crescente número de bolsas, além da qualidade do ensino ministrado;

Incentivo à participação dos alunos em projetos de extensão;

Manutenção de residências universitárias em todos os campi, para alunos comprovadamente carentes;

Fornecimento de refeições gratuitas a alunos comprovadamente carentes em restaurantes universitários e nas residências universitárias;

Programas institucionais de bolsas de iniciação científica e artístico-cultural, de extensão, de monitoria e de gestão;

Apoio à participação de alunos em eventos e para a realização de eventos estudantis;

Fragilidade desta dimensão:

- Ausência de uma política transparente para a inclusão social.
- A formação humanística ainda é deficiente na instituição.
- Muitos docentes e pesquisadores não apresentam uma visão interdisciplinar.

- Em vários setores da Instituição ainda existe a dificuldade de acesso para portadores de necessidade especiais.
- Carência de tratamento especial e diferenciado para alunos com baixo poder aquisitivo ou com necessidades especiais.
- A comunidade externa pouco é beneficiada com o uso do conhecimento produzido pela UFCG.
- Há poucos professores com formação adequada para trabalhar com portadores de necessidades especiais.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

- Implantar e implementar políticas de inclusão social, de desenvolvimento econômico, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- Adequar a infraestrutura física para os portadores de limitações físicas e visuais, bem como dotar os laboratórios de ensino de equipamentos que possibilitem aos portadores de deficiência visual serem incluídos no ensino superior.
- Promover cursos de LIBRAS para possibilitar que a disciplina que tem caráter optativo nos cursos de bacharelado, possam ser lecionadas, diversificando a formação dos alunos.
- Promover o maior envolvimento da comunidade no desenvolvimento regional, por meio do desenvolvimento de pesquisas e de programas de extensão que objetivem o atendimento desta dimensão.

DIMENSÃO 4: A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Comunicação na UFCG é vista como um meio estratégico para a construção e a manutenção de uma imagem positiva da Instituição junto ao público interno e externo. A política de comunicação se desenvolve em acordo com a missão e valores da Universidade. Contempla como meta no PDI a melhoria da comunicação interna objetivando a melhoria do diálogo entre os gestores e a implantação de uma política de informática que possibilite o intercâmbio e o uso de informações.

A Instituição dispõe de uma Assessoria de Comunicação que tem como função principal promover a divulgação de informações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão junto aos diferentes meios de comunicação, com os quais a instituição mantém permanente contato. As pesquisas, eventos, serviços, projetos, programas e as atividades de extensão também são divulgados através dos veículos institucionais, voltados para a comunicação interna e externa, especialmente na sua *home Page*.

A Universidade utiliza ainda diversos canais de comunicação científica e a maioria dos professores mantém currículo cadastrado na plataforma Lattes.

A Ouvidoria da UFCG é um importante canal aberto de contato da instituição com o público interno e externo. Por meio do endereço eletrônico <http://www.ufcg.edu.br/~ouvidoria/> ou por telefone (83) 3310 1585 ou por agendamento, todos os representantes do segmentos da UFCG podem contatar com o ouvidor, cujas atribuições são as seguintes: a) Receber reclamações, elogios, comentários e sugestões dos usuários, interpretá-las e buscar soluções para o caso, visando o aprimoramento do processo de prestação do serviço público; b). Representar os interesses do cidadão na organização; c). Contribuir para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados; d) Buscar a satisfação do cidadão que utiliza os serviços públicos; e). Informar adequadamente a direção da organização sobre indicativos da satisfação dos usuários; f). Funcionar como instrumento de interação entre a organização e o ambiente externo.

Fragilidades desta dimensão:

- Ineficiência na divulgação de informações na internet.
- Ausência de transparência sobre a aplicabilidade dos recursos nas ações sociais e culturais.
- A página da UFCG deve ser melhorada com o objetivo de direcionar o usuário diretamente para a Assessoria de Comunicação.
- Intensificar a divulgação da imagem da UFCG nas escolas de ensino médio.
- Manter sempre atualizada a página da Instituição. Muitos dados, quando são consultados, apresentam uma certa defasagem na informação.
- Ausência de uma política de comunicação interna na UFCG.

- Considerando que a Instituição tem um respaldo significativo no contexto estadual e regional, sente-se a carência de veículos de comunicação universitários, a serem mantidos pela própria IES (rádio e televisão).
- Limitação na divulgação das atividades de extensão na página da UFCG, considerando ser esta atividade fundamental para divulgar a imagem da UFCG para a comunidade.
- Falta de incentivo para que a comunidade universitária consulte diariamente a página da UFCG.
- Relatório da Ouvidoria está desatualizado.
- Cada Centro deveria ter sua própria assessoria de comunicação, composta por profissionais habilitados para o exercício da função.
- Ainda se deve veicular informações/ notícias referentes à Instituição e a eventos em murais de fácil acesso para a comunidade acadêmica.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

- Melhorar a eficiência na divulgação de informações veiculadas na internet.
- Estimular a contínua melhoria dos *sites* dos Centros mantidos pela UFCG.
- O site da UFCG contém informações institucionais (acadêmicas e administrativas), porém carecem de atualização.
- Institucionalizar uma política de comunicação para a UFCG.
- Criar um Centro de Documentação de Imagens e Produção, para a captação de imagens do ensino, pesquisa e extensão.
- Criar produções próprias da instituição (documentários) para veiculação em mídia alternativa.
- Desenvolver estratégias de comunicação que efetivem a interação UFCG/Sociedade e quebre a imagem de que a Universidade está isolada.
- Enviar, sempre que possível e diante da pertinência, matérias para a imprensa local, regional e estadual.
- Primar pela responsabilidade com as informações que são de caráter público, tendo como base o direito do cidadão à informação.

- A comunicação interna na UFCG é mantida via e-mail ou telefone, meios eficazes para o recolhimento das informações que deverão ser repassadas aos meios de comunicação.
- Banco de e-mail de professores, coordenadores e diretores, com acesso livre à consulta e uso para envio de e-mail.
- Constatar-se que no site da instituição estão publicadas todas as informações pertinentes aos atos da instituição, notícias, informativos, informações dos cursos de graduação e pós-graduação, editais, portarias, regulamentos, estrutura administrativa, relatórios, convênios, portarias, dentre outros

DIMENSÃO 5: AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Como em toda IFES, O Plano de Carreira dos servidores da UFCG é determinado pela Lei Nº 7596 de 10 de abril de 1987, que trata da carreira do magistério e que recentemente foi alterado conforme a edição da medida provisória 295/06 que instituiu a classe de professor associado.

A UFCG estimula a capacitação docente na realização de mestrado e doutorado, fato constatado pelo alto índice de titulação do seu corpo docente. Os cursos têm autonomia para formularem os critérios de contratação e procederem a seleção, devendo esses critérios atender à qualificação e competência na área específica de conhecimento. Os requisitos de titulação e experiência profissional são definidos pelas Unidades Acadêmicas

A expansão do quadro de pessoal está condicionada à dotação de vagas para servidores docentes e técnico-administrativos por parte do governo federal. Quando surgem vagas, notadamente para o quadro docente, a distribuição entre as unidades é feita mediante modelo de alocação de vagas aprovado pelos conselhos superiores da instituição.

Fragilidades desta dimensão:

- Integrar os servidores federais (funcionários), com os demais segmentos da academia.
- Pouco estímulo para a participação do corpo técnico-administrativo em programas de pós-graduação.
- A estrutura multicampi dificulta o acesso e a atualização de informações sobre recursos humanos.
- Má organização sindical.
- Percebe-se que o Governo investe mais em infraestrutura e na criação e expansão de novas universidades do que na valorização do capital humano.
- Não há uma política voltada para estimular o clima institucional (relações interpessoais).
- Não existem mecanismos para conhecimento do grau de satisfação dos servidores (docentes e técnico-administrativos).
- Dificuldades para participar de eventos internacionais.
- Dificuldade de utilizar determinados espaços acadêmicos, a exemplo de laboratórios, por falta de técnicos.
- Restaurante Universitário e Creche muito abaixo das necessidades dos técnico-administrativos.
- Ausência de políticas de formação e atualização pedagógica para a atuação profissional.
- Dificuldade para motivar os técnicos para o trabalho em grupo.
- Dificuldades de contratar funcionários para atender demandas específicas.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

Foi instituído o Programa de Avaliação do Desempenho – PAD – dos servidores técnico-administrativos em educação da UFCG (RESOLUÇÃO N.º 04/2007). Os objetivos são os seguintes:

- fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando o desenvolvimento de pessoal da UFCG;

- Propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho;
- identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; subsidiar programas de capacitação e aperfeiçoamento;
- possibilitar ao servidor a identificação e busca dos meios necessários ao auto-desenvolvimento, através de sua participação e conhecimento dos resultados da avaliação; adequar a lotação do servidor, para compatibilizar suas habilidades com as atividades desenvolvidas na unidade de exercício;
- oferecer informações para o Programa de dimensionamento de necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional;
- ser instrumento de alinhamento das metas individuais com as institucionais; aferir o mérito para progressão.
- Incentivar a participação do corpo técnico-administrativo em programas de pós-graduação, estimulando a qualificação e a atualização profissional.
- Oferecer mais cursos de informática para promover a inclusão digital dos servidores.
- Significativo número de docentes com qualificação *stricto sensu* (doutorado e mestrado).
- 86,1% dos docentes possuem regime de trabalho Dedicção Exclusiva (DE).
- Em algumas áreas, há incompatibilidade dos recursos humanos com as necessidades reais.

DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA, E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS;

Segundo o PDI da UFCG, a gestão institucional deve ser entendida como o conjunto de ações, normas e programas relacionados com os aspectos como organização administrativa, organização e gestão de pessoal, além de políticas de atendimento aos servidores e aos discentes. Enfim, um conjunto de normas que contribuem para o funcionamento da instituição.

A organização administrativa da UFCG está estabelecida internamente em seus Estatuto e Regimento, nos quais estão estabelecidos, entre outros, itens como: Estrutura Organizacional; Instâncias de Decisão; Indicações do Formato para o Organograma Institucional e Acadêmico; Órgãos Colegiados: atribuições, competências e composição; Funcionamento e Atribuições dos Órgãos de Apoio às Atividades Universitárias; Formas de Estabelecimento de Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas.

Como as demais Instituições Federais de Ensino Superior, a UFCG goza de autonomia didático-pedagógica e empenha-se em contribuir para que a Lei da Reforma Universitária garanta a esperada autonomia financeira, patrimonial e de gestão devidamente acompanhadas de mecanismos de avaliação e aprimoramento.

Fragilidades desta dimensão:

- Ausência de ações conjuntas no ensino de graduação, pós-graduação e extensão.
- Cobrança de que a Ouvidoria apoie as ações no sentido de melhorar a gestão de forma integrada.
- Todos os segmentos possam acompanhar a implantação do Projeto Pedagógico do Curso.
- Política mais eficiente de acolhimento ao aluno recém ingresso na Universidade.
- Rever a estrutura atual da Universidade, especialmente as Unidades Acadêmicas.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

Inserir como atribuição da CPA um plano de conscientização e divulgação das atribuições dos órgãos colegiados e da importância no funcionamento da estrutura.

DIMENSÃO 7: INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO;

A UFCG compreende que o desenvolvimento das atividades educacionais depende muito de um ambiente físico adequado, que ofereça conforto e os meios necessários à

execução de todas atividades da Instituição. Especialmente em função da sua estrutura multicampi, necessário se faz a devida adequação dos ambientes, considerando que a maioria dos centros localiza-se em região semiárida, com clima quente e seco.

Além de salas de aulas arejadas e confortáveis, é preciso manter os laboratórios específicos dos cursos, que dão o apoio necessário ao desenvolvimento tecnológico, a biblioteca, clínicas, salas de estudo, anfiteatros, auditórios, área de lazer, área de convivência e alimentação além de mobiliário que permitam o eficiente desenvolvimento das atividades educacionais.

Outros aspectos a serem considerados são: a manutenção física dos espaços, limpeza e conservação; aquisição de material de apoio didático, que vise a garantia de utilização de tecnologia atualizada e adequada.

No decorrer desta avaliação foi percebido e denunciado por alunos e professores, que algumas instalações estão com o prazo de construção bastante atrasados, o que tem se refletido em prejuízos para o processo ensino-aprendizagem.

A Instituição contempla no seu PDI a ampliação da infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação – analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da IES. Sem dúvida, nos últimos cinco anos tem sido bastante ampliada a infraestrutura em todos os campi, para atender a expansão em função da criação dos novos cursos ou campi totalmente construídos porque também foram criados recentemente.

Fragilidades desta dimensão:

- As instalações apresentam-se, em alguns casos, mal distribuídas, necessitando de reestruturação dos espaços físicos.
- Limitação de espaço físico necessário para o desenvolvimento das atividades acadêmicas em alguns centros.
- Limitação de espaço físico necessário para o desenvolvimento das atividades administrativas em alguns centros.

- Algumas atividades de pesquisa e extensão são desenvolvidas nos limites que a infraestrutura permite.
- Ambientes administrativo e de professores não climatizados.
- Desconhecimento, por parte da comunidade universitária do Estatuto, do Regimento Geral, do Plano de Desenvolvimento Institucional, do Regulamento de Ensino e de diversos documentos institucionais (resoluções, portarias, entre outros) dificultando andamento dos processos e da tomada de decisões.
- Em alguns centros há a necessidade de reformar e adequar o estacionamento;
- Reequipamento dos laboratórios de informática.
- Aquisição de material didático-pedagógico.
- Adequação do espaço físico
- Melhorias nas instalações gerais;
- Ampliação e renovação do acervo da Biblioteca;
- As condições de acesso para portadores de necessidades especiais são bastante precárias, estando somente os prédios recém-construídos, cujos projetos foram elaborados após o ano de 2000, adaptados para tal fim.
- Não existem técnicos especializados para manutenção de equipamentos.
- Não existem políticas gerais de conservação e normas de segurança nos laboratórios, havendo ações pontuais em alguns setores.
- Promover curso de treinamento para o pessoal responsável por encaminhamento de processos.
- Limitação da política institucional de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização do patrimônio.
- Reduzido número de funcionários, com a conseqüente distribuição irregular, deixando a descoberto determinados setores.
- Dificuldades em adotar práticas pedagógicas inovadoras pela falta de espaço e, muitas vezes, de equipamentos adequados.
- Demora no atendimento das solicitações de reformas, mesmo dispondo de recursos próprios, há falta de planejamento para curto prazo.
- Necessidade de adequação da infraestrutura para portadores de necessidades especiais.

- Salas de aula sem móveis específicos para atendimento a portadores de necessidades especiais.
- Não existem políticas claras para reforma, para manutenção preventiva dos equipamentos disponíveis e para aquisição de novos equipamentos dos laboratórios.
- Ausência de laboratórios para o desenvolvimento de práticas pedagógicas.
- Alguns laboratórios não possuem equipamentos suficientes para realizar aulas práticas com todos os estudantes.
- Aumento de equipamentos para os laboratórios (bancos, microscópicos, lupas, etc);
- A falta ou carência de técnicos para acompanhamento impossibilita a liberação de horários para utilização dos laboratórios, fora do horário de aulas.
- Ausência de salas para atendimento de alunos e orientandos. Inexistência de áreas de lazer e de convivência para discentes.
- Falta agilidade na aquisição de novos livros e na reposição de exemplares danificados.
- Quantidade insuficiente de volumes, de obras básicas e complementares e de bibliografia em geral.
- Apesar da aquisição de novos livros nos últimos anos, ainda não está no nível desejado pelo corpo docente e discente.
- Ausência de normas de biossegurança em alguns laboratórios.

Qualquer instituição universitária só pode desenvolver suas atividades típicas de forma adequada e satisfatória quando apoiada numa infraestrutura que lhe dê suporte. Por se tratar de processos de aprendizagem, de uma contínua formação de conhecimento, um dos pontos principais dessa infraestrutura é a existência de uma boa biblioteca. Um dos itens que mais recebeu reclamações foi exatamente este. Alunos e professores apontaram as seguintes limitações:

- Deficiência em termos de títulos e volumes de livros.
- Pessoal despreparado para trabalhar em biblioteca.
- Poucos periódicos à disposição da comunidade acadêmica.
- Nem sempre as bibliotecas estão climatizadas adequadamente.

- Ausência de um sistema anti-morfo.
- Em algumas bibliotecas, os espaços são insuficientes para estudos individuais e em grupos, além de possuir limitado número de terminais de consulta para as demandas.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

- Com a adesão da Universidade Federal de Campina Grande ao Programa REUNI, muitas das demandas apresentadas já foram cumpridas ou estão em fase de execução e quadro docente qualificado também tem contribuído para elaboração de projetos, que possibilitam a montagem de novos laboratórios ou sua reestruturação.
- Sistemáticamente devem ser realizadas avaliações do Planejamento Institucional para possibilitar o atendimento das necessidades de ampliação física dos projetos pedagógicos dos cursos.
- Em alguns Centros já foram construídas Centrais de Aula climatizadas, com a aquisição de recursos auxiliares de ensino, bem como a ampliação da infraestrutura para docentes e discentes de graduação e pós-graduação.
- Em alguns Centros já foram comprados ônibus ou outros tipos de transportes para atividades de campo de acordo com as necessidades dos projetos pedagógicos, de pesquisa e de extensão.
- Na maioria das Unidades Acadêmicas e dos Centros, as reformas estão ocorrendo de forma mais ágil, principalmente porque a gestão dos recursos fica a cargo da própria Unidade.
- Ampliação do número de salas de aula e de permanência de docentes.
- Estabelecimento de política para conservação e atualização de equipamentos e para reposição de materiais para os laboratórios.
- Melhorar segurança junto aos laboratórios, em especial nos finais de semana.
- Necessidade de área de lazer para atender alunos que precisam ficar nos laboratórios no horário do almoço, do jantar ou nos finais de semana para acompanhar experimentos.
- Ampliação do número de equipamentos para atender demandas dos cursos de graduação e de pós-graduação.

- Melhoria no acervo bibliográfico, expansão da rede de acesso a internet e a portais de periódicos.

DIMENSÃO 8: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.

Com finalidade construtiva e formativa, a avaliação da UFCG busca ser contínua e envolver toda a comunidade acadêmica, desenvolvendo a cultura de avaliação na IES. Em decorrência desse envolvimento da comunidade como sujeitos da avaliação, todos passam a ficar comprometidos com as transformações e mudanças no patamar de qualidade. Esta é uma meta que ainda não foi plenamente atingida porque a tão necessária cultura da avaliação ainda não se instalou definitivamente.

A CPA coordenou o processo de avaliação interna da UFCG promovendo a realização de vários eventos envolvendo a comunidade acadêmica, com base nas diretrizes do SINAES, com o objetivo de sensibilizar os segmentos sobre a importância da avaliação institucional para realização de uma gestão planejada. O planejamento foi instalado, desde o princípio, com o envolvimento dos segmentos da comunidade. Cada Centro da UFCG, desde os da sede até os de fora da sede foram visitados.

O processo de autoavaliação da IES ocorreu concomitantemente às avaliações externas, portanto, as sugestões e recomendações de especialistas e da CPA somaram-se visando o desenvolvimento da IES.

É importante destacar que muitos resultados positivos têm contribuído para aperfeiçoamentos da IES, estes resultados são percebidos não só nos recursos físicos e ligados diretamente aos cursos, mas também no clima institucional de trabalho interno. Entre as melhorias, apesar de ainda discretas, destacam-se:

- Aumento no coeficiente de investimentos em infraestrutura (sem desconhecer que ocorreram mais investimentos em função da adesão ao REUNI);
- Maior envolvimento dos docentes liderados pela participação pro-ativa dos coordenadores de cursos;
- Maior cobrança por resultados positivos no ENADE;

- Revisão de projetos pedagógicos com vistas ao aprimoramento e atualização da formação obtida nos cursos;
- Modernização de sistemas e maior integração entre os órgãos de gestão e de apoio da IES;
- Adoção de procedimentos e critérios avaliativos e acompanhamento do planejamento institucional, com ênfase nas atividades educativas;
- Tomada de medidas para melhoria contínua do planejamento da IES no processo de autoavaliação institucional.
- Mudanças no comportamento de docente e funcionários técnico-administrativos baseado no entendimento da importância de seu trabalho ao bom funcionamento institucional;
- Aumento no número de convênios estabelecidos entre a IES e a comunidade externa, entre outros fatores.

Fragilidades desta dimensão

- Desconhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por parte da maioria da comunidade acadêmica, dificultando ações de planejamento institucional. Ainda persiste a ausência de cultura de planejamento das atividades institucionais, em diversas instâncias.
- No PDI e nos PPCs reestruturados ou recentemente construídos, é obrigado a incorporação de procedimentos de autoavaliação, porém, não há sistemática e acompanhamento desses processos.
- Desconhecimento, por parte da maioria da comunidade acadêmica, do programa de autoavaliação institucional da UFCG.
- Dificuldade na obtenção de dados e informações institucionais das diversas atividades como subsídios aos processos de planejamento e de avaliação institucional.
- Ausência de regulamentos próprios das diferentes unidades acadêmicas e administrativas, dificultando o acompanhamento e a avaliação das atividades institucionais.

- Deficiência do processo de difusão de informações e sensibilização à comunidade acadêmica para uma participação mais efetiva dos procedimentos da autoavaliação.
- Carência de pesquisas e de publicidade das ações da Comissão Própria de Avaliação.
- Centralização das ações da Comissão Própria de Avaliação; há a urgente necessidade de se cobrar a atuação das CPAs Setoriais em cada *campus*.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

- Encaminhamento do Relatório de Autoavaliação à Administração Superior e protocolar no sistema E-Mec.
- Cumprimento urgente do Calendário de Atividades da CPA, que contempla visitas a todos os campi da UFCG.
- Definir procedimentos para implementação e execução das ações referentes à Avaliação dos Cursos (autoavaliação) – alunos (ENADE).
- Compilar em CD, alguns dos instrumentos legais que normatizam a avaliação do ensino superior.
- Desenvolver um trabalho de sensibilização com a finalidade de desmitificar a ideia de que avaliação é mera tarefa a ser cumprida para atender ao Ministério da Educação (INEP/SESu).
- Sensibilizar a comunidade acadêmica para participar do processo de autoavaliação; verifica-se, desde o princípio, um reduzido número de participantes.
- Realizar *workshops* em nível de Centros para discutir a política de regulação do ensino superior brasileiro.
- Sugere-se a implantação de processos de autoavaliação institucional nos órgãos e atividades não contemplados neste Relatório (Hospital Alcides Carneiro, Hospital Veterinário, Fazendas Experimentais, Egressos).

DIMENSÃO 9: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.

As políticas de atendimento aos estudantes buscam atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil, integrando-os à vida acadêmica. Essa política tem sido viabilizada na UFCG por meio de programas institucionais. Conforme consta no PDI, a assistência estudantil na UFCG é feita a partir dos seguintes eixos principais:

- Manutenção de residências universitárias em todos os campi, para alunos comprovadamente carentes;
- Fornecimento de refeições gratuitas a alunos comprovadamente carentes em restaurantes universitários e nas residências universitárias;
- Programas institucionais de bolsas de iniciação científica e artístico-cultural, de extensão, de monitoria e de gestão;
- Apoio à participação de alunos em eventos e para a realização de eventos estudantis;
- Atendimento médico-odontológico no posto do Hospital Universitário Alcides Carneiro no *campus* de Campina Grande.

Há, portanto, uma coerência dos programas de apoio aos discentes desenvolvidos pela UFCG explicitados nos documentos institucionais, tais como PDI e Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. Expressam uma diretriz de ação com indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro. Todos os programas estão em pleno funcionamento.

Para o aluno universitário atingir a sua plenitude acadêmica, além de primar pela qualidade de ensino, torna-se necessário o estímulo à participação social, por meio de diferentes ações como: bolsas, treinamentos, atendimento médico-odontológico, isenção de taxa no vestibular, restaurante universitário, residência estudantil, estágio obrigatório e não obrigatório.

A Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários é responsável pelo planejamento, coordenação e execução das políticas de apoio à comunidade universitária da UFCG. A PRAC está estruturada com duas coordenações executivas denominadas CAE – Coordenação de Apoio ao Estudante e CAS – Coordenação de Apoio ao Servidor.

Compete à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários:

- a) Planejar e coordenar a política de valorização e apoio à comunidade universitária da UFCG, em questões profissionais, artístico-culturais, desportivas e acadêmicas;
- b) Planejar e coordenar os programas de residências e de restaurantes universitários, além de programas de bolsas destinadas ao apoio e manutenção estudantil;
- c) Promover assistência médico-odontológica e psicológica à comunidade da UFCG;
- d) Fiscalizar o cumprimento, nas unidades universitárias, das decisões da administração superior referentes à vida estudantil.

A UFCG tem como programas institucionais direcionados aos estudantes:

1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Objetivos:

- a) Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- b) Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; e
- c) Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação.

2. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação

Objetivos:

- a) Contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- b) Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País.
- c) Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.

3. Programa de Bolsas de Extensão

Objetivos:

- a) Incentivar a participação de discentes, servidores técnico-administrativos e docentes nas atividades de extensão da UFCG;

- b) Estimular o desenvolvimento da criatividade na busca da socialização de saberes, aprimorando o processo formativo de profissionais enquanto cidadãos;
- c) Possibilitar a articulação com o ensino e a pesquisa;
- d) Viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, priorizando as demandas de relevância social, com o intuito de melhorar as condições de vida das comunidades beneficiadas, implementar e potencializar as políticas públicas

4. Pré-Vestibular Solidário

Objetivos:

- a) Possibilitar ao público beneficiado a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas, corrigindo distorções do ensino público;
- b) Instigar nos participantes o desenvolvimento da capacidade de aprender, criar e formular conhecimentos, de maneira a desenvolver valores e competências que se coadunem com as exigências da sociedade contemporânea;
- c) Desenvolver o aprimoramento do aluno como pessoa humana, incluindo a formação ética e a autonomia intelectual, de modo a permitir que este continue aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos;
- d) Oferecer a preparação e as orientações básicas para a integração do aluno ao mundo do trabalho, com competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo;
- e) Contribuir para a ampliação da capacidade dos alunos de compreender criticamente as causas históricas que limitam o acesso à escola, aos benefícios e às decisões da sociedade em que vivem.

6. Iniciação Científica

Objetivo:

Fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio.

7. Projeto RONDON

Objetivo:

A participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população

8. Programa de Educação Tutorial

Objetivos:

- a) Desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade e de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar.
- b) Contribuir para a elevação da qualidade da formação dos estudantes de graduação, da diminuição da evasão e promoção do sucesso acadêmico, valorizando a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Promover a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
- d) Formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país.
- e) Estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania ativa e pela função social da educação superior.
- f) Estimular a vinculação dos grupos às áreas prioritárias e a políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades sociais, regionais e a interiorização do programa.
- g) Ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, assim como suas instituições.
- h) Aprofundar a formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular, na universidade e em comunidades populares.

- i) Estimular a formação de novas lideranças capazes de articular competência acadêmica com compromisso social.

9. Programa Pró-Licenciatura

Segundo a Resolução nº 49, de 29 de dezembro de 2006, que estabelece orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa para participantes do Pró-Licenciatura, no âmbito do Ministério da Educação, o Pró-Licenciatura visa à melhoria da qualidade de ensino da Educação Básica, por meio da oferta de cursos de licenciatura, na modalidade de educação a distância, para formação inicial de professores em exercício na rede pública nos anos/séries finais do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, nos sistemas estaduais e municipais de educação, sem licenciatura na disciplina em que estejam exercendo a docência.

No ano de 2012 foram desenvolvidos os Projetos abaixo relacionados:

ORD	CENTRO UAcad	PROJETO	BOLSAS CONCEDIDAS	COORDENADOR(A)
1.	CES/UAE	Programa de estudos e nivelamento de matemática	2	Célia Maria Rufino Franco
2.	CES/UAE	Experimentação e contextualização na consolidação das licenciaturas do CES	4	Marta Maria da Conceição
3.	CES/UAE	O ensino de física e as aulas de laboratório no ensino fundamental e médio	3	Luiz Alberto Terrazos Javier
4.	CH/UAL	As comptines como suporte pedagógico para o ensino do francês língua estrangeira na unidade de educação infantil da UFCG	3	Josilene Pinheiro Mariz
5.	CH/UAL	Mídias na sala de aula: utilização do laptop educacional na aula de língua portuguesa	3	Karine Viana AMorim
6.	CH/UAL	Práticas de letramentos em blogs pedagógicos na educação básica	3	Edmilson Luis Rafael Williane Miranda da Silva
7.	CH/UAHG	Pensando o espaço e construindo saberes: renovando as práticas do ensino de geografia na rede pública de Campina Grande	4	Sérgio Luiz Malta de Azevedo
8.	CH/UAHG	Aprendizagem em espaços não formais: roteiro de atividades para o ensino básico	3	Luiz Eugenio Pereira Carvalho
9.	CFP/UACEN	E deste livro poderia partir a fagulha luciferina que atearia no mundo inteiro um novo incêndio: a contribuição da física para o entendimento do mundo	2	Gustavo de Alencar Figueirêdo
10.	CSTR/UACB	CPEBIO: Capacitação de professores do ensino de biologia no município de Patos - PB	3	Carlos Eduardo Alves Soares
TOTAL			30	—

10. Monitoria Acadêmica

O Programa de Monitoria destina-se a alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFCG. Os objetivos do Programa de Monitoria são os seguintes: I – possibilitar o estabelecimento de novas metodologias e experiências pedagógicas; II – promover a cooperação acadêmica entre discentes e docentes; III – criar condições de aprofundamento teórico-metodológico e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente; IV – propiciar ao aluno de graduação a possibilidade de otimizar seu potencial didático-pedagógico e acadêmico.

O Programa de Monitoria tem duas modalidades: I – Monitoria Remunerada; II – Monitoria Voluntária.

No ano de 2012 foram desenvolvidos os Projetos abaixo relacionados:

ORDEM	CENTROS	PROJETOS	QUANTITATIVO DE BOLSAS	ASSESSOR(A)
1.	CCBS	A monitoria acadêmica no CCBS: expansão e aperfeiçoamento	45	Rodrigo Pinheiro Fernandes de Queiroga
2.	CCJS	Participação, integração e interdisciplinaridade do ensino no CCJS - UFCG	55	Geórgia Graziela Aragão
3.	CCT	Projeto de ensino: melhoria do ensino de	100	Vimário Simões Silva

ORDEM	CENTROS	PROJETOS	QUANTITATIVO DE BOLSAS	ASSESSOR(A)
1.	CCBS	A monitoria acadêmica no CCBS: expansão e aperfeiçoamento	45	Rodrigo Pinheiro Fernandes de Queiroga
2.	CCJS	Participação, integração e interdisciplinaridade do ensino no CCJS - UFCG	55	Geórgia Graziela Aragão
3.	CCT	Projeto de ensino: melhoria do ensino de graduação no CCT/UFCG	100	Vimário Simões Silva
4.	CCTA	A monitoria no CCTA - 2012	50	Halysson Gustavo G. Morais de Lima
5.	CDSA	Monitoria: uma socialização de saberes entre os educandos, e não apenas uma educação receptiva centrada no professor	35	Tatiana Araújo Simões
6.	CEEI	Iniciação à docência e melhoria do ensino de graduação no âmbito do CEEI	65	Livia Maria Rodrigues Sampaio Campos
7.	CES	Projeto de iniciação à docência e a práticas do profissional da saúde - 2012	90	Aluizio Freire da Silva Junior
8.	CFP	Práticas Interdisciplinares na Monitoria no CFP	95	Nozangela Maria Rolim Dantas
9.	CH	A monitoria no CH: estratégia pedagógica para a construção do conhecimento	115	Luciênio de Macêdo Teixeira
10.	CSTR	Construindo a Docência no CSTR	45	Carlos Eduardo Alves Soares
11.	CTRN	Projeto de monitoria do CTRN – Ano letivo 2012	35	Selma Maria de Araújo
TOTAL			730	-

11. Programa Mobilidade Acadêmica

É um Convênio assinado entre as Universidades Federais e as demais Instituições Federais de Ensino Superior – IFES conveniadas à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES que tem como objetivo regular a relação de reciprocidade referente à mobilidade de alunos de graduação, criando, para tanto, o denominado PROGRAMA ANDIFES DE MOBILIDADE ESTUDANTIL.

Podem participar deste Programa, alunos regularmente matriculados na UFCG a integralização de créditos, por período fixado nos programas específicos, em IFES com quais a UFCG mantenha convênios. No ano de 2012, por meio do Edital PRE N° 047/2011 (Processo Seletivo de Alunos) foram ofertadas seis bolsas.

12. Programa Ciências sem Fronteiras do CNPq-MCT/CAPES

O Programa Ciência sem Fronteira do Governo Federal oferece oportunidade de estudo e estágios a estudantes brasileiros em universidades de excelência. O programa tem duração de 12 meses, arca com custos de moradia, taxas escolares e passagem de ida e volta. No ano de 2012 abril inscrições para estudantes matriculados em cursos de bacharelado nas seguintes áreas: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Biologia e Geociências; Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e tecnologias da informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva e Formação de Tecnólogos. A seleção foi para graduação-sanduíche nos Estados Unidos (EUA).

Os assuntos que despertam maior interesse aos alunos, tais como trancamento de matrícula, desligamento, transferência, etc, são repassados individualmente nas Coordenações do Cursos ou o aluno pode acessar a página da UFCG no endereço <http://www.ufcg.edu.br/>, acessar o ícone alunos de graduação e, mediante a informação da matrícula e da senha, acompanhar toda a sua vida acadêmica. As informações mais importantes e as respectivas legislações estão disponibilizadas em links, de forma que o interessado tenha acesso ao texto completo de cada uma delas. Da citada página contam ainda as Seções, telefones, e-mails e

nomes dos responsáveis por cada procedimento, para que os interessados possam fazer consultas à distância ou agendar atendimento personalizado.

A UFCG oferece apoio aos discentes para realização e participação em eventos com a liberação de transporte e/ ou passagens, serviços gráficos e ajuda financeira. Geralmente os eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos são promovidos pela administração superior por meio das Pró-Reitorias, Unidade Acadêmicas, Direção de Centro e dos Diretórios Estudantis.

Os estudantes se organizam através do Diretório Central que possui espaço físico cedido pela administração da universidade. A UFCG apoia a participação dos alunos nos seus órgãos Colegiados; Conselho Universitário; Câmaras; Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

Fragilidades desta dimensão:

- Os Programas Institucionais não têm bolsas suficientes para grande número de alunos.
- Inexistência de um Núcleo de Apoio Psicopedagógico para atender alunos com problemas de aprendizagem.
- Ausência de políticas institucionais internas factíveis e efetivas no combate à evasão discente dos cursos de graduação.
- Melhor atendimento aos discentes em horário extra-classe.
- Falta de informação sobre eventos importantes na Universidade e de incentivo aos esportes.
- Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação não estão contempladas ações de preparação dos alunos no que se refere ao domínio da língua inglesa.
- Ausência de núcleos de apoio psicopedagógicos ou de assistentes sociais em alguns *campi* da UFCG.
- Ausência de um programa de acompanhamento ao egresso.

DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

A UFCG é mantida com recursos federais, mas, ano a ano, vem crescendo em importância a participação de recursos próprios e os oriundos de convênios no total dos recursos orçamentários executados pela instituição.

A dotação de recursos para a manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais é feita através de rubricas próprias que permitem a alocação de recursos para manutenção e instalações físicas e materiais. Esses recursos são incipientes para as necessidades atuais e possivelmente para as futuras, se não houver um aporte de recursos compatível com o crescimento da instituição.

A UFCG tem evoluído financeiramente, como fruto de uma administração com um modelo de Universidade moderna e que sabe do seu potencial, por isso busca a excelência nos serviços que presta. Nesse sentido, tem procurado investir de maneira responsável e coerente, em investimentos prioritários. Uma importante contribuição foi a injeção de recursos que significou o Projeto de Expansão, conduzido pela atual gestão, por meio de convênio com o Ministério da Educação e a adesão ao Reuni, cujas ações em implementação já são percebidas, constituindo-se em potencialidades.

Nos últimos anos houve investimentos em obras e melhorias e significativa ampliação do número de alunos na Instituição. A atual gestão investiu e está investindo em obras e ações de modernização da sua infraestrutura, antes não concretizadas por conta dos baixos investimentos e manutenção por parte do Governo Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os integrantes da CPA participam das reuniões e da fase de sensibilização visando despertar a comunidade acadêmica para a importância de participar do processo. Sistematizadas os resultados da autoavaliação, estes serão divulgados junto à comunidade. Nesta perspectiva, reafirma-se o cumprimento do dever realizado em prol da identidade da UFCG, que no ano de 2012 está completando dez anos.

Este Relatório Parcial, além de ser protocolado no MEC, será apresentado aos gestores para aplicação no planejamento acadêmico-administrativo. O aprimoramento dos trabalhos da CPA depende da participação de todos, bem como maior interesse de todos os segmentos envolvidos nesta IES. Cabe destacar que os membros da CPA estão agendando constantes reuniões com a direção e coordenação para juntos buscar estratégias e meios para atingir as metas almejadas.

Dessa forma, a Comissão Própria de Avaliação da UFCG buscará constantemente atender os interesses da comunidade acadêmica, a fim de alcançar um patamar satisfatório em relação às dez dimensões determinadas pela Lei SINAES nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Apesar de se perceber a evolução da comunidade com relação à Avaliação Institucional, a Comissão Própria de Avaliação da UFCG ainda sente que o caminho a ser percorrido precisa ser melhor delineado. Nesse sentido, concluem este Relatório apontando para a UFCG as mesmas recomendações das avaliações anteriores.

1 Criar uma pasta na Secretaria de Planejamento e Avaliação Institucional onde se possa congregiar os dados de todas as avaliações que a Instituição participa (avaliação externa, interna, de cursos e ENADE);

2 Estimular o maior compromisso das Unidades Acadêmicas com os trabalhos da CPA;

3 A utilização do relatório da autoavaliação seja adotada como instrumento de gestão pela reitoria;

4 A utilização do relatório da autoavaliação como instrumento para o planejamento institucional;

5 O aprimoramento do sistema de avaliação na Instituição;

6 Incentivo e estímulo constantes da comunidade acadêmica no processo da autoavaliação;

7 Que os resultados dos conhecimentos e saberes obtidos na autoavaliação sejam utilizados como forma de eliminar ou reduzir as fragilidades identificadas;

8 Estabelecer estratégias para responder à comunidade acadêmica sobre as fragilidades identificadas.

Para o ano letivo de 2013, a exemplo do que ocorreu em 2012, a CPA continuará buscando atingir seus objetivos, com reuniões periódicas de planejamento para o desenvolvimento de ações avaliativas, seja na promoção, na orientação ou na divulgação das informações, de forma a contribuir com as ações de melhoria a serem desenvolvidas nas IES.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Alana Candeia de Mélo

Francisco José Victor de Castro

Marcelo Alves de Barros

Ruy Everson Guedes Leão

Maridete Saraiva.

Jardes José Caiçara

Marcelo Coutinho de Oliveira

Campina Grande-PB, 13 de março de 2013